



24° ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, patrimônio e informação

**DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PONTOS DE MEMÓRIA:
RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA**

***CHALLENGES ON IMPLEMENTING MEMORY POINTS' METHODOLOGY:
EXPERIENCE REPORT ON A PERIPHERY COMMUNITY***

Eliane Cristina de Freitas Rocha – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O Instituto Brasileiro de Museus propôs uma metodologia para criação de pontos de memória, associado à política pública homônima, contemplando cinco etapas: 1. Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa; 2. Qualificação; 3. Realização de inventário participativo; 4. Produção de difusão das memórias; 5. Formação e reforço da rede de Pontos de Memória. Apresento resultado de pesquisa-ação que visou aplicar esta metodologia em uma comunidade periférica da região metropolitana de Belo Horizonte, realizada ao longo dos anos de 2022-2023. Todas as etapas são muito desafiadoras de serem concluídas, tendo em vista as dificuldades de mobilização para a memória em comunidades com dificuldades de sobrevivência, a falta de recursos de fomento destas ações e ausência de políticas públicas que a sustentem, em um cenário nacional de polarização política. Vencê-las requer o brilho desejante gratuito de lideranças comunitárias desperto pela memória e seus afetos.

Palavras-chave: pontos de memória; metodologia; relato de experiência.

Abstract: Brazilian Museum Institute proposed a methodology for creating memory points associated to namesake public policy, that includes five steps: 1) awareness-raising and deliberative instance formation; 2) qualification; 3) participatory inventorying; 4) performing memory diffusion actions; 5) forming and strengthening Memory Points nets' formation. I present results of action-research that aimed applying this methodology on a peripheral community of Belo Horizonte Metropolitan Area, held throughout 2022-2023. All those steps are so much challenging to be completed, since there is difficulties on mobilizing communities that urge to survive, and where there is lack of resources to those actions and absence of public policies to support them, in national scenario of politics polarizing. Going through those challenges requires the desiring free shine of community leaders awoken by memory and its affections.

Keywords: memory points; methodology; experience report.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Pontos de Memória tornou-se referência para a museologia social no Brasil, estabelecendo, por meio de uma publicação do IBRAM [Instituto Brasileiro de Museologia], um dos mais importantes marcos metodológicos para criação de centros comunitários no Brasil (OEI, 2016): o livro Pontos de memória - metodologia e práticas em museologia social. Nesta publicação, são descritas e apresentadas cinco etapas para criação Pontos de Memória: 1. Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa; 2. Qualificação; 3. Realização de inventário participativo; 4. Produção de difusão das memórias; 5. Reforço da rede de Pontos de Memória nas Teias Nacionais da Memória (OEI, 2016). A primeira etapa da metodologia visa construir um conselho gestor comunitário para constituição do ponto, o que requer ações de sensibilização sobre a importância da memória. As etapas seguintes procuram qualificar os grupos para construção do espaço, realização de inventário participativo e de ações museais. Já a última das etapas, intimamente ligada à política pública para pontos de memória, visava o estabelecimento de uma rede de apoio para estas instituições.

Tendo em vista tal importante referência, conduzi uma pesquisa-ação¹, resultante de ações de extensão e pesquisa universitária^{2,3}, para aplicação da metodologia proposta pelo

¹ Compartilho com Rocha (2021) a compreensão de que a metodologia para criação de pontos de memória do IBRAM é da família da metodologia da pesquisa-ação, considerando que a comunidade participa ativamente da elaboração da demanda, da deliberação e consecução da pesquisa para criar pontos de memória.

² Agradeço ao CNPq pela concessão de auxílio à realização da pesquisa intitulada “Mediando memórias individuais e coletivas: A experiência de construção de centros de memória comunitários”, contemplada em edital universal 28/2018, aprovada no CEP da UFMG sob número CAAE 35708820.4.0000.5149, realizada entre os anos de 2019 e 2022, e fundamentada especialmente em fontes documentais, com resultados que podem ser lidos nos artigos Rocha; Lei (2023); Lei; Rocha; Freitas (2023) e Rocha; Lei; Freitas (2023). Agradeço também à Pró-Reitoria de Extensão da UFMG pelo apoio na realização do projeto de extensão sob registro no Sistema de Extensão (SIEX - UFMG) 403955 - “Comunidade e cultura: criando espaços de (para) memória e informação em comunidades”. As ações junto à comunidade foram realizadas em projeto extensionista, ao longo dos anos 2022 e 2023, e há produtos em fase de finalização neste ano de 2024.

³ Agradeço a participação do técnico em audiovisual Álvaro Luiz da Silva Santana e aos discentes participantes dos projetos: Cristiane Calheiros Lei; Álisson Valentim de Freitas; Ingrid Dias da Silva; Núbia Moreira Gonçalves; Ingrid Souza Araújo; Beatriz Drosdrocky Gonçalves; Yuri Anderson Simões Pereira. Agradecimentos mais que especiais a todos os participantes das comunidades que forneceram seus depoimentos, cujos nomes não citarei nominalmente, mas poderão ser vistos nos produtos extensionistas realizados. Agradeço, também, pelas parcerias e empenho na realização

IBRAM junto a dois coletivos da região de Justinópolis, entre os anos de 2022 e 2023, na cidade de Ribeirão das Neves, conurbados com a cidade de Belo Horizonte (MG): Ocupa Curumim e Ascoton (Associação Comunitária do Bairro Tony e adjacentes) para que fosse criado um centro de memória comunitário⁴.

Este artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência das dificuldades de se constituir um centro de memória popular⁵, aplicando os passos da metodologia proposta pelo IBRAM para pontos de memória, entendendo que tais passos convergem com os propósitos de práticas comunitárias emancipatórias em psicologia social comunitária (Rocha, 2021). Primeiramente, um breve contexto da região atendida é apresentado, para, em sequência, serem apresentadas as ações realizadas em projetos de pesquisa e extensão, com vistas à realização das cinco etapas previstas na metodologia do IBRAM.

2 BREVE HISTÓRICO DE JUSTINÓPOLIS E DAS PARCERIAS

Os trabalhos de pesquisa e extensão se desenvolveram em uma região denominada Justinópolis, formada, essencialmente, pela maioria de bairros do município de Ribeirão das Neves e por alguns conurbados à regional Venda Nova (Belo Horizonte). Estar em uma região de fronteira coloca, de antemão, algumas questões referentes à identidade de seus moradores. Não é incomum que seus habitantes se declarem moradores de Belo Horizonte

das ações extensionistas, ao presidente da Ascoton, Adair Francisco Rodrigues e ao Tiago Toth (Tiago Henrique Lopes Viana), do Coletivo Ocupa Curumim.

⁴ Foge aos objetivos deste artigo problematizar o significado dos pontos de memória em relação a outras formas de museu comunitário, ou aprofundar em uma perspectiva sobre esta tipologia de museu. Rocha; Lei e Freitas (2023), a este respeito, informam que os pontos de memória são considerados como núcleos de promoção da memória social e patrimônio em comunidades periféricas, e que, inicialmente, foram fomentados pelo Programa Pontos de Memória, o qual nasceu articulado com a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus (OEI, 2016), e foi conduzido pelo IBRAM a partir de 2009, órgão que realizou ações de capacitação, editais de fomento e eventos, como as teias de memória, com vistas a reconhecer e fomentar tais iniciativas. Embora sejam distintas, tanto as entidades reconhecidas como pontos de memória e pontos de cultura figuram no SNIIC [Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais] e compartilham da visão do reconhecimento de iniciativas no âmbito cultural pulsantes e sem obrigatoriedade de alto grau de institucionalização para serem apoiadas, especialmente em editais organizados pelo Ministério da Cultura de maneira geral (Pontos e Pontões de Cultura) ou de maneira mais específica (Pontos de Memória pelo IBRAM).

⁵ A escolha da metodologia dos pontos de memória (OEI, 2016) se deu pelo trabalho de pesquisa realizado (ROCHA; LEI; FREITAS, 2023, LEI; ROCHA; FREITAS, 2013) apontar o caráter inovador e seminal de sua proposta metodológica para criação de iniciativas populares em memória e patrimônio no Brasil, o que justificou o investimento em sua implementação via pesquisa-ação.

para terem algum ganho simbólico (Olhares [...], 2021) ou algum benefício direto para acesso a serviços de saúde, por exemplo. Estar em fronteira e não pertencer a um ou outro lugar constitui a história da região: Justinópolis recebe este nome por causa de um antigo morador – Antônio Justino da Rocha – a quem é creditada a elevação de Justinópolis (então Campanhã) a distrito do município de Contagem, em 1911, desassociando-o de Venda Nova. Em 1938, Campanhã deixa de pertencer ao município de Contagem, passando a ser distrito de Betim até o ano de 1943 e, posteriormente, passa a pertencer ao município de Pedro Leopoldo até o ano de 1953, quando, por fim, passou a receber o nome de Justinópolis e integrar o então criado município de Ribeirão das Neves, em 1953 (Justinópolis, 2024). Há relatos da busca de emancipação da região em relação à Ribeirão das Neves, em 1988 e 1992 (Justinópolis, 2024). Justinópolis cresceu impulsionada pela proximidade da região de Venda Nova (Belo Horizonte), que, por sua vez, passou a receber grande fluxo migratório especialmente com a intensificação de loteamentos populares a partir da segunda metade dos anos 1970, em um processo entendido por segregação e periferização da região metropolitana de Belo Horizonte (Silva, 2016). Ribeirão das Neves carrega o estigma de ser a “cidade presídio”, abrigando três unidades carcerárias em Minas Gerais, “é a quarta maior em população da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte), entretanto possui os piores índices e indicadores sociais, econômicos e demográficos da região” (Silva, 2016, p. 34).

Tantos desafios para sobrevivência em condições precárias, dadas as condições dos loteamentos sem infraestrutura adequada realizados na região, levaram a população a se unir para lutar por melhorias. Na década de 1980, surge a Associação Comunitária do Bairro Tony e Adjacentes (ASCOTON), para dar vazão às demandas urgentes de sobrevivência dos seus moradores, com atuação até os dias de hoje, quando efetivamos parceria para realização do projeto. Atua, ao longo dos anos, no sentido de mediar relações com o poder público para enfrentar problemas de infraestrutura do bairro e acolher demandas básicas de sobrevivência da população em seu entorno.

Na década de 1990, a região recebeu o programa Curumim (Curumim da Av. Gávea), iniciativa estatal presente em diversos locais e municípios mineiros, que contava com participação majoritária de recursos do governo de Minas Gerais e parciais da prefeitura da cidade, e que tinha o propósito cultural, educativo e também recreativo, de acolher crianças em contra turno escolar. O Estado de Minas Gerais descontinuou o programa e, em 2009, o

espaço onde operava passou a receber o CRAS (Brasil, 2016), e, em 2015, o local encontrava-se em estado precário e com indícios de irregularidade de suas operações (Brasil, 2016). Em 2018, o espaço foi alvo de uma ocupação cultural por um coletivo – Ocupa Curumim – formado pela união da comunidade local que passou a gerir o espaço de forma autônoma. Bem mobilizados e com grande diversidade de projetos, o coletivo conseguiu garantir a manutenção básica estrutural do espaço e a oferta de atividades de esporte, lazer, educação e cultura, com destaque para ações de oficina de capoeira, moda, skate, biblioteca comunitária. O espaço também contava com uma cozinha comunitária e realizava eventos periodicamente, inclusive em parceria com universidades, para atendimento da população (Coletivo Curumim, 2022). Com este coletivo, estabelecemos parceria em abril de 2022, até dezembro de 2022, quando, dias antes, o espaço foi vitimado por um incêndio, em 30 de novembro de 2022. Os públicos e objetivos dos coletivos e da associação são diferentes, cada um deles representando potenciais e desafios para realização do projeto, conforme será relatado a seguir.

2.1 Dificuldades para a sensibilização comunitária

A primeira etapa para criação de um ponto de memória é definida pelo, IBRAM, como sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa. Às luzes da psicologia social comunitária, este trabalho requer a formação de uma demanda, construída a partir de um encontro desejante entre membros da comunidade e a pessoa ou equipe que nela pretende intervir, para contribuir com seus anseios (Rocha, 2021). A demanda não é uma imposição, e qualquer meta objetiva deve ser colocada um pouco de lado para se ter algum sucesso diante de uma comunidade, que é viva e formada de laços que se constroem para além das objetividades das ações. É preciso que um projeto de criação de um centro comunitário de memória ou de ponto de memória mobilize afetos.

O trabalho comunitário requer respeito grande pelo saber do outro (diálogo, partilha de saberes) e garantia de autonomia e autogestão das próprias comunidades. As práticas comunitárias devem ser democráticas, participativas e igualitárias. Se a sociedade opera na linha do haver, valorizando o dinheiro e a capacidade técnica, a comunidade opera na linha do ser, valorizando o conhecimento mútuo e as relações afetivas (Rocha, 2021, [p. 5]).

Nossa entrada primeira em Justinópolis foi por meio de uma aluna com vínculo voluntário em nossa atividade de extensão. Ela morava na comunidade, e conhecia o esforço

realizado pelo coletivo Curumim para atender a população de seu entorno, e nos apresentou às suas lideranças, em uma manhã de abril de 2022. Eu liderava a equipe formada, até aquele momento, por uma aluna voluntária e uma aluna bolsista de extensão. O encontro se deu com nossa oferta de quitutes e compartilhamento de café, enquanto conversávamos sobre o nosso desejo de criar um centro de memória popular, com o líder do coletivo e outros dois de seus membros. O líder relatava vivamente sobre como ele gostaria que o Curumim fosse revivido e abraçado pela população local, e apresentava queixas em relação ao abandono da cultura e da população pelo poder público de Ribeirão das Neves. Em nossa conversa, ponderamos que recuperar a memória do lugar poderia ajudar a reavivar este vínculo das pessoas com o local, pois esta, afinal, é uma das funções da memória (Lei; Rocha; Freitas, 2023).

Nesta primeira etapa, era esperada a formação de um projeto coletivo para criação de um centro de memória. Existia uma vontade compartilhada, mas o projeto formal não existiria. Como é característica do trabalho em psicologia comunitária, é importante que exista implicação do pesquisador-interventor e da comunidade.

Nasciutti (2010) considera três níveis de implicação: psicoafetivo (elementos inconscientes determinantes da escolha do pesquisador), histórico-existencial (valores sociais e ideologia), estrutural-profissional (lugar de fala, quase sempre associado ao papel profissional ocupado, como, por exemplo, papel de psicólogo, de museólogo, entre outros). Importante destacar que o papel do pesquisador pode ser operacionalizada, em ações sociais, pelo do mediador (Rocha, 2021, p. 8).

Em nosso papel estrutural-profissional nos colocamos como mediadores capazes de ajudar no processo da possível criação de um centro comunitário de memória, e percebemos conexão afetiva e de valores com os líderes comunitários, o que é essencial para realização de trabalho desta natureza. Não foi possível, de imediato, formar uma instância deliberativa para um ponto de memória imaginário. Como talvez seja comum em projetos de despertar da memória, a ideia inicial foi colher relatos de moradores mais antigos do bairro, que poderiam dizer como foi construir o bairro, e, mais especialmente, como foi fazer parte do Curumim, e o que ele representou, no passado, e o que ele representava, naquele momento de ocupação. O foco seria conhecer pessoas que foram alunos, funcionários do Curumim no momento em que ele estivera no auge, e, também, registrar as memórias daquele espaço antes e depois do coletivo atuar.

Traçamos uma estratégia para conhecer essas pessoas: participaríamos de um evento, junto com outras universidades, para realização de ações como rodas de conversa sobre sexualidade, bazar, atendimento de saúde (aferimento de pressão e orientações gerais sobre saúde física e mental), e ali teríamos um espaço para apresentar nossa proposta de realizar chás de memória e entrevistas de história oral. Naquele evento, nos organizamos para apresentar um vídeo de sensibilização sobre a importância da memória e abordamos as pessoas presentes para convidá-las a dar o seu relato sobre o Curumim, construímos uma lista de nomes com contatos de moradores para realização de entrevistas semiestruturadas, gravadas em vídeo, sobre a sua história de vida e sobre o vínculo que tinham com o Curumim no passado e nos dias atuais. O roteiro foi discutido com a liderança local, um jovem de 28 anos, que foi o primeiro a conceder entrevista para o projeto. Em outras palavras, existia uma intencionalidade na construção das narrativas sobre o Curumim, as memórias são um terreno de disputas (Lei; Rocha; Freitas, 2023). Uma das pessoas entrevistadas naquele ano de 2022 foi o presidente da Associação do Bairro Tony e adjacentes (ASCOTON), que veio a ser, posteriormente, parceiro do projeto, em sua continuidade no ano de 2023.

O estabelecimento de parceria com a Ascoton, tendo em vista o trabalho já realizado no Curumim, com seus produtos (que adiante serão detalhados – um vídeo e um livro paradidático), abriu as portas para a continuidade do registro de memórias do bairro Tony, tendo em vista o interesse de sua liderança em entender como o bairro se formou, e o papel da Associação neste processo. A identificação de potenciais fontes de pesquisa em história oral aconteceu de maneira diferente, na Ascoton, em relação ao Curumim: a figura de sua liderança contatou grande parte dos participantes para entrevista de história oral, reforçando o nosso entendimento do interesse em torno da construção das narrativas, com seus possíveis ganhos simbólicos e afetivos.

Se a pesquisa-ação se inicia com a inserção do pesquisador na comunidade e com a construção conjunta da definição do problema (Rocha, 2021), não se pode afirmar que a criação de um centro de memória comunitário foi tomado como um problema, nem como uma necessidade, tanto pelo Ocupa Curumim quanto pela Ascoton, no entendimento da psicologia comunitária sobre necessidade, problema e questão.

‘Os problemas e necessidades são dificilmente formuláveis e evidentes’
(MACHADO, 2004, p. 20). Para Sarriera (2010), as necessidades estão

relacionadas às faltas, mas que podem não ser percebidas pela comunidade devido à força da ideologia, entre outros aspectos (Rocha, 2021, p. 11).

A dificuldade de mobilizar em torno da memória e tomar a questão da sua construção social como um problema que conduza a alguma ação já fora apontada por Lei; Rocha e Freitas (2023) e não se constitui numa novidade. Tanto no Coletivo Ocupa Curumim quanto na Ascoton o interesse pelas memórias associou-se à vontade de se reconhecer o trabalho realizado por estas organizações, em primeiro lugar. O resgate dos vínculos afetivos, tão caro à memória também esteve presente, mas de maneira mais evidente na demanda da Ascoton, inclusive pelo perfil da liderança, ocupada por um senhor que contava seus 57 anos de idade.

A compreensão do trabalho, em ambos os casos, se deu pelo registro do relato das memórias dos moradores que tinham contribuições para a história do bairro, como foi o caso de entrevistas realizadas com ex-presidentes da Ascoton, e também de pessoas conhecidas e queridas. O cotidiano, tão caro à atuação em psicologia social comunitária (Rocha, 2021), estava à frente de um rigor metodológico em pesquisa histórica. Depoimentos de moradores mais jovens, na casa dos 40 anos, também foram tomados, tendo em vista o lapso temporal de ação do Programa Curumim e também a história de ocupação recente da região. Foram realizadas entrevistas, gravadas em vídeo, para levantar a história oral de seus moradores, ora realizadas individualmente, ora em grupos de duas ou até mais pessoas, conforme a disponibilidade e mobilização dos participantes. O roteiro incluía momento em que se mudaram para região e motivações para a mudança, além de estimularmos reflexões sobre problemas, melhorias e narrativas de acontecimentos marcantes na vida do bairro.

Não tivemos papel diretivo na escolha dos participantes, nem limitamos a quantidade de participantes por entrevista realizada. Neste ponto, é importante refletir sobre a escolha das narrativas para compor um centro de memória, o que seria o germe de um processo de musealização que viria a existir. O compromisso do nosso trabalho não foi com a exatidão histórica, mas foi, essencialmente, acolher a vontade de (re)tecer vínculos pela memória, o que é uma de suas funções e também de museus comunitários (Lei; Rocha; Freitas, 2023; ROCHA; LEI, 2023).

O trabalho da memória social realizado nos Pontos de Memória podem ter sua importância entendida sob duas óticas: como um marco territorial do resgate histórico da construção coletiva para promoção da autoestima da

comunidade e também como juiz do valor da contribuição individual de cada morador (Lei; Rocha; Freitas, 2023, p. 38).

De todo modo, a escolha dos participantes poderia ser questionada ou questionável tanto pela própria comunidade, dados seus conflitos internos em torno de diversas questões como da política, e de sua diversidade, entre elas, a religiosa. O recorte orientado pelos líderes, de certa forma, talvez tenha abafado um possível conflito em torno das escolhas dos participantes, caso existissem mais entidades comunitárias envolvidas ao mesmo tempo no processo.

A maioria das entrevistas realizadas, com a comunidade do Curumim, foi em seu próprio espaço físico. Enquanto que as outras entrevistas, em parceria com a Ascoton, foram realizadas na casa dos moradores. É preciso pontuar que o caráter mais intimista das entrevistas nas casas das pessoas apresenta um ganho para reavivar as memórias e tornar mais próximos os contatos, ao mesmo tempo que também traz alguns constrangimentos aos participantes. O contato foi gratificante para ambas as partes, pesquisadores e participantes. As horas das entrevistas se sucediam com risadas e quitutes, alguns que oferecíamos, outros que nos eram oferecidos.

Como é comum na pesquisa-ação, realizávamos reuniões periódicas para darmos retorno sobre as entrevistas, e avaliarmos a viabilidade da inserção de novos participantes. Cheguei a propor a realização de chás de memória periódicos, para promover maior aproximação com a comunidade, como parte da grade de cursos e oficinas da Ascoton, mas o propósito da ação não parecia estar muito claro, e a proposta não foi adiante. Também em 2023, quando soubemos da reedição dos prêmios pontos de memória e pontos de cultura, nos reunimos com as lideranças da Ascoton, pois víamos a possibilidade real de podermos formar uma instância deliberativa que desse vida a um processo inicial de criação de um ponto de memória, talvez iniciando por conceber o espaço como um ponto de cultura que poderia, a posteriori, realizar ações museais e tornar-se um ponto de memória. Valia mais, naquele momento, discutir o processo, compartilhar o entendimento do que seria constituir um ponto de cultura e um ponto de memória, mas a dificuldade de formalização da proposta para participação daqueles editais se impôs: afinal, a Associação era um ponto de cultura? Ponto de memória, certamente, não. Na ocasião em que conversamos sobre essa possibilidade, o espaço em que a Associação funcionava passaria por reforma, e também foi ponderado que as ações sociais e assistenciais predominantes da Associação talvez não

justificassem sua inserção no escopo de um ponto de cultura, e o horizonte de estabelece um ponto de memória estava ainda mais distante.

O papel da universidade, neste ponto, merece reflexão. Lei e Rocha (2023), bem como Rocha; Lei e Freitas (2023) já alertavam que a universidade, nos pontos de memória constituídos no Brasil, exercia diferentes papéis, tais como contribuir para capacitação de seus agentes e até ajudar na sua gestão, com o estabelecimento de parcerias. Nós tivemos um papel muito ativo na construção de registros de história oral que podem compor um inventário participativo, mas não foi o suficiente para formação de um grupo (instância deliberativa) para criação de um ponto ou centro de memória da região. Tivemos êxito na criação, junto com o Coletivo Ocupa Curumim, na criação de um repositório digital dos depoimentos de história oral gravados em vídeo dos moradores⁶, e o processo foi construído de forma conjunta, mais próxima, mas não é possível dizer que existirá continuidade deste repositório, com novas ações. Já na Ascoton, o estabelecimento de um centro de memória não estava no norte, mas a recuperação da memória do bairro Tony, com o propósito de criação de uma ação específica – um vídeo com a história da região contata por seus moradores, a exemplo do que fora realizado junto ao Ocupa Curumim.

2.2 Qualificação de quem?

Não tendo sido formada uma instância deliberativa para criação e institucionalização de ponto de memória, quer seja junto ao Ocupa Curumim, quer seja junto à Ascoton, talvez não faça sentido refletir sobre a etapa de qualificação, ou sobre quaisquer outras que se sucedem a ela. O nosso papel foi fazer registros de memórias dos moradores da região PARA eles, e não COM eles, de forma que não fazia sentido pensar em qualificação dos agentes comunitários. No entanto, entendemos que realizamos qualificação quando procuramos compartilhar nosso entendimento sobre a história oral e também sobre como realizar entrevistas com consentimento dos moradores para sua divulgação, junto à liderança do Ocupa Curumim.

⁶ O documentário criado, bem como os registros de história oral dos moradores estão na PlayList <https://www.youtube.com/playlist?list=PLXU5EyffnimcGqIFsYWoQBODmrl7lziz> da Toth Criativa (<https://www.youtube.com/@tothcriativa>).

2.3 Desafios para realização de inventários participativos no contexto de polarização político-partidária

O interesse inicial do projeto era realizar inventário participativo junto à comunidade, procurando capacitar (na etapa de qualificação) as pessoas para que elas realizassem o inventário daquilo que decidissem que deveria ser inventariado. No entanto, em ambas as parcerias construídas (no Coletivo Ocupa Curumim e na Ascoton), os limites do que seria inventariado surgiram na conversa com cada uma das lideranças, conforme relatado na seção sobre sensibilização comunitária. Tanto em um quanto em outro caso, poderíamos, talvez, ter realizado cursos ou oficinas sobre o que são os inventários participativos, mas entendemos que seria necessário maior mobilização de pessoas em torno da constituição do ponto, ou seja, que a etapa 1 estivesse sido concluída com maior êxito, para realizarmos ações de capacitação de equipe de moradores do próprio bairro para realização do inventário.

A equipe de extensão, formada pela pesquisadora, por alunas bolsistas e voluntárias, realizou todo o trabalho de registros de histórias orais, contando com a participação do técnico em áudio visual da universidade. Não obstante, contamos com o apoio efetivo da comunidade, especialmente uma entrevistada no Tony⁷, a nos indicar e mediar o contato com pessoas importantes da comunidade para realização de entrevista. Acreditamos que talvez pudéssemos mobilizar esta e outras pessoas para que elas mesmas fizessem a pesquisa e escrevessem sobre a história e memórias do bairro. Porém, os recursos para o projeto de extensão sempre foram limitados, sendo o deslocamento para a comunidade nem sempre simples (com recursos próprios e a mais longas distâncias, em algumas vezes, aos finais de semana), o que dificultou a regularidade das nossas intervenções. Procurávamos realizar entrevistas a cada 15 dias, fora dos períodos de férias, e a falta de entrega de produtos que possibilitassem o acompanhamento e a evolução do trabalho é dificultosa para a continuidade do trabalho em comunidade, e o distanciamento era sentido de forma negativa pela comunidade.

Também em outra ocasião, contamos com o apoio de uma pessoa muito conhecida no bairro para realizar uma entrevista coletiva, quase um chá de memória, em sua casa, com

⁷ Agradecimentos à Dôra por ter nos concedido rica entrevista e ajudado imensamente na indicação e seleção dos participantes para os registros de história oral.

a presença de 5 moradores, a quem somos muito gratos⁸. Em outra ocasião, um dos participantes da entrevista convidou outras duas pessoas para participarem de um chá de memória que tentamos organizar e que, ao cabo, contou com a presença de duas pessoas. A efetiva participação da comunidade para registrar, entre si, suas memórias, não aconteceu, mas o empenho em indicar pessoas e reuni-las não pode ser negado, e isso engrandeceu muito a realização de várias de nossas entrevistas.

No entanto, algumas dificuldades também apareciam, como as diferenças de alinhamento político, especialmente, e religioso, dos participantes entrevistados, aspecto também encontrado na literatura (Lei; Rocha; Freitas, 2023). Em uma ocasião, quando atuávamos no Curumim, uma pessoa convidada para entrevista se deparou com dizeres “Fora Bozo” no quadro negro e desistiu de participar. Percebemos que o alinhamento à esquerda do espaço nem sempre agradava os depoentes.

Algumas questões merecem destaque, nas etapas de mobilização, e durante a realização das entrevistas, em ambos os espaços: o interesse da universidade, na região, era sempre colocado em questão. Com frequência, os participantes queriam entender o meu interesse na região, meu alinhamento político-partidário. É compreensível a pergunta à luz da psicologia comunitária, já que a demanda é também demanda de amor, de afeto (Rocha, 2021). Alguns entrevistados mostravam-se muito curiosos e mobilizados em torno de relembrar suas memórias e sentiam-se felizes com o nosso interesse. Nós encorajávamos os depoentes a indicarem mais pessoas, e também a compartilharem suas fotos. Gostaríamos de fazer rodas de memória com mais participantes, o que dificilmente se viabilizava.

2.4 Produtos de difusão

Durante a execução dos projetos de pesquisa e extensão junto ao Coletivo Ocupa Curumim, propomos a realização de dois produtos de difusão do trabalho: um livro paradidático e um vídeo contendo o relato dos moradores. Ambos foram executados com êxito, e com apoio efetivo da liderança comunitária. O livro paradidático⁹ foi construído com ilustrações produzidas por uma das pessoas da comunidade indicada pelo coletivo. O

⁸ Agradecemos ao Caldeira por todo seu esforço em nos ajudar nesta reunião.

⁹ ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; SOARES, Núbia Moreira Gonçalves; RABELO, Marcos Vinícius Rocha. **Crescendo com Justinópolis**. São Carlos : Editora Scienza, 2022. 32p. ; il. cor ISBN : 978-65-5668-095-8.

vídeo¹⁰, embora com roteiro e edição realizados por nós, foi muito bem acolhido pelo Coletivo Ocupa Curumim, e exibido no espaço da Associação Ascoton. Ambos os produtos acabaram por cumprir o papel de elementos de sensibilização comunitária para o trabalho com as memórias e, a partir deles, conseguimos mobilizar mais pessoas para nos conceder novas entrevistas para angariar mais histórias do bairro Tony para realização de outros vídeos sobre a região.

Estamos produzindo, no momento, um livro de “causos” ou contos inspirados nas histórias contadas pelos entrevistados e elaborando outros dois vídeos para contar a história da região e suas memórias, ambos com recursos captados em editais de extensão universitária. Nestes dois trabalhos em execução, procuramos incluir pessoas da comunidade para elaboração de ilustração, edição de imagem e roteirização, pois acreditamos que a participação pode, também, ajudar na aproximação das pessoas conosco, e para despertar maior interesse em torno das memórias pelas pessoas mais jovens, para fazer conhecer a história e a memória do bairro, melhorando os vínculos comunitários. Também acreditamos, pelo referencial da psicologia comunitária emancipatória, que seria importante que o conhecimento fosse criado pelo próprio grupo participante (Rocha, 2021), e a tentativa de incluí-los, de alguma maneira, na elaboração dos produtos de difusão, sempre está no nosso norte, embora nem sempre seja viável, sabedores que somos “A questão da geração de renda e movimentação social e cultural da comunidade não são questões acessórias para o museu comunitário” (Lei; Rocha; Freitas, 2023), e a ausência de recursos dificulta sua realização. O quinto passo da metodologia - O fortalecimento de redes de memória, por meio da realização de teias de memória - é um aspecto específico da metodologia do IBRAM, e que escapou ao nosso propósito e capacidade implementar, pois consistia na reunião sistemática de pontos de memória existentes que se apoiassem mutuamente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa-ação com duas diferentes parcerias trouxe importantes reflexões sobre a aplicação da metodologia do IBRAM como um trabalho comunitário. Nós

¹⁰TOTH CRIATIVA. Iê! Justinópolis Salve! Curumim. 2 mar 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GTtBLGt-5PA&t=509s> Acesso em set. 2024.

não tínhamos o papel e a força institucional do IBRAM, nem os recursos de uma política pública para construir ações coletivas para criação de um ponto de memória. Como toda pesquisa-ação, e como um trabalho comunitário, a construção da demanda ou do problema a ser investigado/da intervenção a ser realizada, parte de uma compreensão mútua do problema.

Para nós, o problema era criar um centro de memória popular de maneira participativa, seja no ambiente virtual ou no espaço concreto. De certa maneira, fomos bem sucedidos na formação deste problema e em sua execução, junto ao Coletivo Ocupa Curumim, sendo o resultado do trabalho visível e disponível para todos em um canal do YouTube. No entanto, a execução deste projeto coletivo não se deu de maneira inteiramente participativa, pois a equipe de pesquisa e extensão precisou realizar toda a captação e edição dos vídeos, contando com papel ativo da liderança comunitária para sua disponibilização e difusão. Mesmo junto a este coletivo, o trabalho só pode se realizar pelo emprego de recursos financeiros próprios da pesquisadora (lanches, deslocamentos da equipe) e também de recursos captados em editais de pesquisa e extensão. Mas, o apoio logístico e empenho da liderança comunitária foram essenciais para disponibilizar todos os registros de memória online, no YouTube do Coletivo.

Não acreditamos que a falta de emprego passo a passo da metodologia do IBRAM diminua o sucesso de nossas ações, já que conseguimos ocupar um ambiente virtual com memórias de uma comunidade que usualmente não tem voz e, conseguimos mostrar, no vídeo produzido, as memórias do Curumim e também a tragédia que foi o seu incêndio, que causou muita revolta junto ao Coletivo. Quando iniciamos o trabalho lá, já tínhamos um norte do momento de sua finalização (fevereiro de 2023), de modo que, quando o incêndio ocorreu, em novembro de 2022, estávamos em processo de elaboração do roteiro do vídeo produzido e modificamos seu argumento, tendo em vista aquele acontecimento fatídico. Realizar um trabalho comunitário requer estar junto, participar, e, naquele momento, acreditamos que o vídeo foi importante para dar visibilidade às ações do coletivo e à crueldade de destruição de um dos seus espaços. Para a posteridade, acreditamos que o nosso trabalho ajudará a reconstruir a memória do coletivo. Acreditamos ter contribuído para reconstruir e construir memórias, não de maneira rigorosamente planejada com a metodologia do IBRAM, mas dentro dos limites e recursos financeiros que tínhamos, e,

sobretudo, empregando o melhor que podíamos da nossa amorosidade (implicação afetiva) o que deve caracterizar um trabalho efetivamente comunitário (Rocha, 2021).

No que diz respeito à nossa pesquisa-ação junto à Ascoton, notamos diferença na dinâmica do trabalho, que ainda está em andamento, em que uma demanda mais específica foi colocada – de realizar um vídeo com a história do Tony e o papel da Associação. Existiu maior intervenção na escolha dos entrevistados, inclusive com a presença da liderança em várias das entrevistas, lembrando histórias em conjunto, o que não é um problema, já que a ativação coletiva da memória representa um ganho, e não uma fragilidade.

Constituir um museu comunitário enquanto prática comunitária pressupõe entendê-lo como um processo de vir a ser, na medida em que a comunidade se torna consciente de sua importância e vislumbra seus ganhos (Rocha, 2021, p. 13). Acreditamos que plantamos uma semente que pode germinar frutos na construção da percepção da beleza das lutas da constituição da história de sobrevivência da região. Mas a mobilização em torno das memórias, muitas delas dolorosas, que se procura esquecer ou que teimam ficar recalcadas, é sempre difícil. Fazer essa semente germinar e crescer requer, especialmente, o brilho desejante gratuito de lideranças comunitárias desperto pela memória e seus afetos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Programa de Fiscalização em Entes Federativos:** estados, df e municípios, Sumário Executivo Ribeirão das Neves/MG. [Brasília]: CGU, 19 set. 2016. Disponível em: https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/866731_. Acesso em: 11 jul. 2024.

COLETIVO CURUMIM. **Ocupacurumim**, 2022. Informações sobre o Coletivo e projetos disponibilizadas para a comunidade. Disponível em: <https://www.ocupacurumim.com.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

JUSTINÓPOLIS (Ribeirão das Neves). *In*: Wikipédia: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimed ia Foundation, 2024?]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Justin%C3%B3polis_\(Ribeir%C3%A3o_das_Neves\)#:~:text=O%20nome%20Justin%C3%B3polis%20foi%20escolhido,Piedade%2C%20da%20escola%20estadual%20Prof.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Justin%C3%B3polis_(Ribeir%C3%A3o_das_Neves)#:~:text=O%20nome%20Justin%C3%B3polis%20foi%20escolhido,Piedade%2C%20da%20escola%20estadual%20Prof.) Acesso em: 11 jul. 2024.

LEI, C. C.; ROCHA, E. C. F.; FREITAS, A. V. Musealização em pontos de memória brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 65, n. 21, p. 31-42, 2023.

MACHADO, M. N. M. A pesquisa-intervenção psicossocial. *In*: MACHADO, M. N. M. **Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre pesquisa e compromissos sociais: Uma experiência de mobilização social e participação comunitária em um projeto socioambiental. *In*: LACERDA JÚNIOR, F.; GUZZO, R. S. L. (org.). **Psicologia & Sociedade**: interfaces no debate sobre a questão social. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

OLHARES Marginais - 01 - Filme Documentário. Produzido e dirigido por Tiago Toth. Ribeirão das Neves, MG: Toth Criativa, 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=shrteMrabPk>. Acesso em: jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Pontos de memória**: metodologia e práticas em museologia social: Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, Phábrica, 2016. ISBN 978-85-69369-02-8.

ROCHA, E. C. F. Metodologia para construção de museus comunitários à luz da psicologia social comunitária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., Rio de Janeiro, 2021. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021.

ROCHA, E. C. F.; LEI, C. C. Mediação pela memória: ações culturais e educativas em Pontos de Memória. **InCID**: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 135-154, mar./ago. 2023.

ROCHA, E. C. F.; LEI, C. C.; FREITAS, A. V. Quem conta um conto, aumenta um ponto? um estudo quantitativo dos pontos de memória no Brasil. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 28, n. 1, p. 107-127, jan./mar. 2023.

SARRIERA, J. C. Análise de necessidades de um grupo ou comunidade: a avaliação como processo. *In*: SARRIERA, Jorge C.; SAFORCADA, Henrique T. **Introdução à psicologia comunitária**: bases teóricas e metodológicas. Porto alegre: Sulina, 2010.

SILVA, O. H. R. **Segregação espacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso de Ribeirão das Neves, Minas Gerais. 99 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/1265b8a7-bee3-4716-b69b-9cff4515e4c9/content>. Acesso em: 11 jul. 2024.